

A PERCEPÇÃO HUMANA SOBRE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS UM ESTUDO DE VALORAÇÃO

*Raphaella Ribeiro Oliveira¹, Joana D'arc Bardella Castro²

1-Aluna pesquisadora Voluntária de Iniciação Científica- PVIC do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás– Campus CSEH. E-mail: raphaella_ariavilo@hotmail.com

2- Doutora pela UnB em Economia. Orientadora, docente do curso de Ciências Econômicas, UEG/Câmpus CSEH Anápolis/GO.

UEG CÂMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIO ECONÔMICAS E HUMANAS

RESUMO: “O planeta Terra está ficando mais quente”. É uma das frases mais publicadas em jornais e transmitidas nos meios de comunicação. Desastres naturais estão cada vez mais frequentes no mundo, as mudanças climáticas são reais e acontece o tempo todo, sinal que a natureza está reagindo a todas as ações humanas através dos tempos. Esse estudo é sobre mudanças climáticas e tem como objetivo calcular o valor que as pessoas estão dispostas a pagar por uma melhoria no meio ambiente para que não sejam afetadas em seu dia a dia.

Palavras-chave: Consciência. Solução. Melhoria. Pessoas

Introdução

Clima são o conjunto de características, que envolvem temperatura, umidade, ventos e chuvas ao longo do ano, tendo participação singular na vida e no cotidiano de todos os seres vivos tornando sua responsabilidade, zelar por ele. Com a Revolução Industrial no início do século XIX, considerada um dos principais símbolos do capitalismo por estimular uma obsessão por produção e relações comerciais, o homem veio perdendo aos poucos o contato com a natureza primária, já que começou a tornar seu habitat artificial.

Ações relacionadas a mudanças na atmosfera, tais como a poluição em níveis extremos e a utilização da queima de combustíveis fósseis, como fonte de energia responsável pela emissão de poluentes e gases extremos levaram a degradação ambiental, subsequente ao aquecimento global, processo de aumento de substâncias gasosas (CO₂ em particular) ligadas aos impactos ambientais motivadores do efeito estufa, que por sua vez agem diretamente na população de forma prejudicial à saúde e ao modo de vida.

Segundo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA,1972) as mudanças climáticas representam a maior ameaça, em longo prazo, para a sobrevivência da humanidade. Além de danos materiais nítidos, doenças respiratórias, desnutrição, chuvas inesperadas, contaminação da água e do solo, extinção de espécies da fauna e da flora, reflexos de ações imaturas de uma nação desinformada e refém do sistema capitalista, podendo ser reduzidos ou até mesmo evitados com a ciência de escolhas adequadas e preventivas na luta contra o aquecimento global.

Meio Ambiente é o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em curto ou longo prazo, sobre os seres vivos e as atividades humanas. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, celebrada em Estocolmo em 1972, sendo o homem ser vivo, ocupa um papel fundamental no desenvolvimento ambiental tendo que buscar meios perspicazes para usufruí-lo.

Seguindo a linha de pensamento de Émile Durkheim (2004, p.56), as instituições de ensino atuam diretamente no desenvolvimento educacional e consciente do cidadão, ou seja, "A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação do indivíduo por uma série de normas e princípios que baliza sua conduta em um grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela". As instituições de ensino moldam o cidadão para assim entrega-lo a sociedade, pronto para produzir e cooperar com o meio, porém, quando o órgão falha nesta missão impede o indivíduo de agir segundo previsto, gerando assim, ações desenfreadas por falta de conhecimento, refletindo em problemas onde a principal vítima é o próprio causador. Porém cada ser humano vê o mundo de forma diferente, e formula leis cognitivas de acordo com isso, ou seja, quanto mais instruído mais questiona, portanto a educação mais uma vez possui papel fundamental na compreensão humana à natureza, que vive em constante mudança.

O homem quando inserido à sociedade, teve o poder de participar de toda a transformação, e no decorrer deste processo desenvolveram-se tantos fatores positivos como, o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações quanto negativos, uso inapropriado dos recursos ambientais.

De acordo com Embrapa (2009) outro pioneiro do descontrole climático é o desmatamento, um dos principais fatores agravantes da desertificação. O desmatamento leva à destruição da biodiversidade, com a redução da fauna e da

flora. A terra nua fica exposta aos raios solares e às chuvas, sofrendo processos acelerados de erosão, com as consequentes perdas de solo e fertilidade, já que escoam mais rapidamente, não mantêm a umidade levando juntamente à camada mais superficial do solo, caindo assim a produtividade da terra e com isso, também a renda dos agricultores.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC (2005) prevê que a produção de alimentos em todo o mundo pode sofrer um impacto dramático nas próximas décadas por conta das mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global. O aumento da temperatura ameaça o cultivo agrícola podendo piorar ainda mais o grave problema da fome, fazendo com que famílias se desloquem em busca de estabilidade principalmente em zonas urbanas. E segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) até o ano de 2030, cerca de 59% da população habitará tais zonas, explorando ainda mais os espaços cedidos pela natureza, caso as mudanças climáticas globais se efetivem em um curto espaço de tempo, poderão aumentar a vulnerabilidade social devido as alterações do meio, deslizamento e desabamento, áreas de solo irregular, já que esses locais não são propícios para moradia, porém a busca incessante por estabilidade leva o indivíduo a se comprometer.

O crescente aumento das populações urbanas, a falta de planejamento ambiental e de programas de conscientização, bem como, a falta de informação para a população em geral, são alguns dos fatores que contribuem para o aumento da degradação ambiental, apresentando consequências cada vez mais graves ao meio ambiente. Segundo Jacobi (2003), é possível garantir mudanças políticas e sociais focando-se em programas ambientais dando importância ao fato de que o meio ambiente não é formado apenas por vegetações e animais, mas pela interação entre seres vivos e não vivos, ou seja, o homem faz parte do meio ambiente (SCARDUA, 2009). E ao se dar conta de que também faz parte da natureza deve sensibilizar-se com os problemas ambientais, preocupando-se em cuidar, preservar e manter os recursos naturais.

Em Âmbito Nacional, o Brasil ocupa o 6º lugar no ranking de países que mais emitem gases levando a ocorrência de eventos climáticos extremos, segundo o Relatório Risco Climático Global (2013). Para tentar solucionar o problema relacionado à grande emissão de gases no Brasil, foi ratificado no dia 12 de setembro de 2016 o Acordo de Paris adotado na 21 Conferência das Partes (COP21) que teve como meta central, consolidar a resposta global a ameaça da

mudança do clima impulsionando a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças de conforme o Ministério do Meio Ambiente.

Nota-se então, o aumento no número de encontros, seminários, conferências, convenções e tratados ligados à temática ambiental, ampliando o comprometimento ambiental drasticamente, dificultando a manutenção da vida. Esse aumento indica uma enorme necessidade de se criar ações educacionais que contribuam para a construção de sociedades sustentáveis, (BRASIL, 2005). A construção de um processo contínuo de Educação Ambiental é uma forma estratégica de inclusão de toda a comunidade na criação de um ambiente em que o ser humano conviva em equilíbrio com a natureza, preservando sua diversidade (KLAUCK; BRODBECK, 2010).

Pois a percepção humana vai de acordo com a própria necessidade, assim, assuntos só se tornam foco quando chegam a níveis extremos, despertando então a preocupação em reverter o processo, como por exemplo, a crise hídrica paulista 2014-2016 que era um problema não tão recente, mas que levou a acomodação da população, pois aos olhos leigos demonstrava ser um problema distante que ao chegar ao ápice tornou-se foco em todas as manchetes, sendo estudado um possível racionamento de água, ou seja, utilizar apenas o suficiente para o consumo. Devido essa série de acontecimentos, surgem à valoração ambiental, práticas que por meio de subsídios, criam-se políticas com o intuito de preservar o ambiente de maneira geral.

Material e Métodos

Essa é uma pesquisa bibliográfica qualitativa onde os resultados serão apresentados de maneira descritiva. Para a pesquisa de campo, o nível de confiança escolhido é de 95% (corresponde a dois desvios). Espera-se que pelo menos 50% dos entrevistados responda aos questionários e tolere-se um erro em torno de 5%, portanto, a amostra será de no mínimo 450 pessoas, proporcionalmente divididos em urbanos e rurais.

Resultados e Discussão

De acordo com os dados coletados percebe-se que ainda existe uma rejeição quanto à disposição em cooperar financeiramente pela causa ambiental. Porém, pelo número da amostra de 71 pessoas entrevistadas obtivemos um resultado aceitável, uma quantidade de 55% de indivíduos interessados e dispostos a iniciar o projeto de valoração ambiental no município. Dos entrevistados 42% são do sexo feminino e 58% masculino. Os pertencentes a zona rural 25% e da zona urbana 45% não participariam do movimento de valoração. Ver tabela 1.

Tabela 01. Disposição para pagar pela melhoria no Meio Ambiente com problemas relacionados as mudanças climáticas - Anápolis -2017

	Quantidade	%
Sim	39	55
Não	32	45
Total	71	100

Fonte: da pesquisa, 2017.

O restante da amostra um total de 45 % de indivíduos que se negam a contribuir financeiramente para o estudo de valoração, possui opiniões das mais diversas. No questionário possuía seis opções que resume basicamente a desaprovação ou explica a limitação de cada entrevistado. A maioria um total de 48 % alegou não poder contribuir por problemas financeiros ou econômicos e 30% alegava ser um problema governamental, e a minoria 3% alega ser um problema das universidades, ou seja, deve ser solucionado pelas instituições de ensino e 5% julgava ser uma preocupação desnecessária. O voto de protesto existe pelos acontecimentos políticos pelos quais o Brasil está passando que totalizam 38%, ver tabela 2.

Tabela 02. Motivo pelo qual julga desnecessário o investimento - Anápolis 2017

Problemas	Quantidade	%
Econômicos	19	48
Não possui interesse	3	8
Julga desnecessário	2	5
Governamentais	12	30
Universitários	1	3
Contribui com impostos	3	8

Total
40
100
Fonte: da pesquisa, 2017.

Para essa amostra, possuímos uma média de pagamento de R\$ 12,12 com relação aos preços que se julgaria justo para investirmos nesse estudo. As opiniões se dividem quanto ao preço, sendo o de maior escolha com 42 % o valor de R\$ 10,00 mensais. Surpreendo com 30% dos entrevistados que se dispôs a colaborar com o valor de R\$ 20,00 mensais. Portanto teríamos para investir com problemas de seca ou problemas relacionados as chuvas intensas e considerando que 55% da população de Anápolis (370.875 pessoas segundo IBGE, 2017) que concordaram em pagar uma determinada quantia e sendo considerado a média R\$ 12,12 um total de R\$ 2.472.252,75 mensais. Ver tabela 3.

Tabela 03. Valor que está disposto a pagar pela melhora no Meio Ambiente - Anápolis -2017

Valor (R\$)	Quantidade	%
1,00	2	6
2,00	1	3
3,00	0	0
6,00	3	9
8,00	1	3
10,00	14	42
12,00	0	0
14,00	1	3
16,00	1	3
18,00	0	0
20,00	10	30
Total	33	100

Fonte: da pesquisa, 2017.

Uma parte fundamental que buscamos saber da opinião dos entrevistados foi a administração do capital investido. Assim, 33% dos votos ficaram para as Universidades com 24% o Governo que também seria um aliado forte para essa administração. Empatando com 12% o Município e as ONG's e 9% o Estado e as Comunidades. Ver tabela 4.

Tabela 04. Instituição que melhor administraria o subsídio - Anápolis 2017

Órgãos	Quantidade	%
Município	4	12
Estado	3	9
Governo	8	24
ONG'S	4	12
Comunidade	3	9
Universidade	11	33
Outros	0	0
Total	33	100

Fonte: da pesquisa, 2017.

Considerações Finais

As alterações no meio ambiente são sim, consequências de ações humanas não pensadas, porém essas ações fazem parte do cotidiano, ou seja, está presente a nossa volta diariamente. Um consumo em excesso, um gasto desnecessário entre diversos outros fatores, contribuem para alterações no clima. É uma realidade que está acontecendo no presente, e são ações iniciadas nesse momento que irão refletir no futuro próximo.

O homem sendo causador de todo esse desequilíbrio ambiental pode também ser o responsável por reverter à situação. Estamos em uma era tecnologicamente avançada, podendo desfrutar de diversos mecanismos de coleta, reaproveitamento e reciclagem. Milhares de pessoas já colocam em prática essa ação que precisa se tornar parte da vida de cada um, a percepção humana de mundo está mudando, sustentabilidade e reaproveitamento de moveis, roupas e objetos em desuso acompanhado de criatividade pode-se criar uma infinidade de coisas. Atualmente essa prática já está em vigor.

São essas pequenas ações que fazem a diferença, existem muitos mecanismos informativos sobre a realidade do clima e do ambiente. Este não é mais um assunto desconhecido da sociedade, a quantidade de desinformados do assunto pode sim existir, mas é para uma minoria que possa não saber de maneira intelectual, porém na forma física se sente, por que o entender climático e ambiental vai além, e está presente em todos os lugares, faz parte da vida.

Agradecimentos

À Universidade Estadual de Goiás pela oportunidade da pesquisa. Ao Núcleo de Pesquisa em Economia -NEPE pela disponibilidade de seu laboratório

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA/Ministério do Meio Ambiente*. Diretoria de Educação Ambiental. Coordenação de Educação Ambiental. – 3. ed. Brasília, 2005.

DURKHEIM, Emile – *A educação Moral: A educação e Sociologia*. Vozes. São Paulo, 2011.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1973.

HARMELING, Sven. *Relatório Risco Climático Global*, 2013.

IPCC. Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, 2005.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da USP*, n. 118, p. 189 -205, março, 2003.

KLAUCK, Cláudia Regina; BRODBECK, Cristiane Fensterseifer. Educação Ambiental: um elo entre conhecimento científico e comunidade. *Revista Conhecimento Online*, ano 1, v. 2, março, 2010.

MMA. Ministério do Meio Ambiente, 1985.

ONU. Organização das Nações Unidas, 1945.

PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 1972.

SCARDUA, V. M. Crianças e Meio Ambiente: A importância da educação ambiental na educação infantil. *Revista FACEVV*, Vila Velha, n. 3, p. 57-64, 2009.

VASCONCELLOS, M. A. S. *Manual de Microeconomia*. São Paulo. 3ed do Atlas, 2011. 374p.